

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Shaeynne Kelly dos Santos Carvalho

O impacto das crises financeiras nas variáveis macroeconômicas

Varginha-MG

2023

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Shaeynne Kelly dos Santos Carvalho

O impacto das crises financeiras nas variáveis macroeconômicas

Trabalho de conclusão de PIEPEX apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Carvalho da Silva

Varginha-MG

2023

RESUMO

As crises econômicas geralmente são precedidas de fragilidades, que envolve uma ou mais variáveis macroeconômicas. Assim, as crises originam-se dos desequilíbrios causados por insuficiência de suprir determinada necessidade dos agentes econômicos, essencialmente voltados à oferta e demanda. O objetivo deste estudo é identificar as relações existentes entre as variáveis macroeconômicas e o impacto das principais crises financeiras, econômicas e sanitárias, no período de 2007 a 2023. A metodologia utilizada foi uma análise quantitativa através do estudo de quatro variáveis (SELIC, inflação, taxa de câmbio e PIB). A partir do estudo dessas variáveis, foram realizadas análises estatísticas no caso do teste de médias para verificar o impacto das variáveis no período de crise.

Palavras-chave: Variáveis Macroeconômicas; Crises Econômicas; Pandemia.

ABSTRACT

Economic crises are generally preceded by weaknesses, which involve one or more macroeconomic variables. Thus, crises originate from imbalances caused by the insufficiency of meeting a certain need of economic agents, essentially focused on supply and demand. The objective of this study is to identify the relationships between macroeconomic variables and the impact of the main financial, economic and health crises, in the period from 2007 to 2023. The methodology used was a quantitative analysis through the study of four variables (SELIC, inflation, exchange rate and GDP). From the study of these variables, statistical analyzes were carried out in the case of the means test to verify the impact of the variables during the crisis period.

Keywords: Macroeconomic Variables; Economic Crises; Pandemic.

Sumário

1 Introdução	6
2 Referencial Teórico	7
2.1 Variáveis Macroeconômicas	7
2.1.2 Selic	8
2.1.3 Inflação	9
2.1.4 Taxa de Câmbio	10
2.1.5 PIB	10
2.2 Crises Econômicas Mundiais	11
2.2.1 Crise Financeira Global de 2008	11
2.2.2 Crise Econômica de 2014-2016	13
2.2.3 Crise da Pandemia do COVID-19	14
3 Metodologia	18
4 Resultados	19
5 Considerações Finais	23
6 Referências	24

1 Introdução

As crises econômicas mundiais exerceram um impacto significativo nas variáveis macroeconômicas do Brasil ao longo dos anos. Esses eventos adversos, que podem variar de recessões a choques financeiros, têm o potencial de desencadear uma série de consequências para a economia.

Dessa forma, uma crise financeira, na visão de Vidal (2011), se caracteriza por desequilíbrios e recessões, sendo que na maioria das vezes são oriundos da busca de crescimento econômico e aumento da riqueza dos investidores. Sendo assim, existem muitas teorias sobre como as crises financeiras se desenvolvem e como evitá-las. Por outro lado, diferentemente da crise financeira, a crise econômica é um período de escassez ao nível da produção, comercialização e consumo de produtos e serviços.

Já uma crise sanitária é uma situação de emergência que afeta a saúde pública, caracterizada por uma ameaça grave à saúde da população. Geralmente, envolve a propagação rápida de doenças infecciosas, como pandemias, surtos de doenças contagiosas ou outros eventos que sobrecarregam os sistemas de saúde e exigem ação imediata para conter a disseminação da doença e proteger a saúde das pessoas. A COVID-19 é um exemplo recente de uma crise sanitária global e com resultados catastróficos (Lara, 2020).

Assim, a pandemia de COVID-19, em particular, representou uma crise global sem precedentes que afetou profundamente as dinâmicas econômicas dos países. É importante notar que as respostas às crises variam de acordo com a natureza da crise, a política econômica adotada pelo governo e outros fatores. Além disso, diferentes crises, como crises financeiras, econômicas e sanitárias, podem ter efeitos variados nas variáveis macroeconômicas. A procura determinada pelos agentes econômicos concentra-se sobretudo do lado da procura e do lado da oferta. Isso inclui a queda na demanda por exportações, o que pode prejudicar a taxa de câmbio.

O estudo de referência utilizado é intitulado como "O impacto das crises econômicas mundiais no comportamento das variáveis macroeconômicas brasileiras". Sendo uma pesquisa quantitativa, utilizando dados secundários já publicados anteriormente (RICHARDSON, 1999). Os dados coletados referem-se às variáveis macroeconômicas, Produto Interno Bruto (PIB), a inflação, o Balanço de Pagamentos (especialmente a Balança Comercial), a taxa de câmbio (dólar), a taxa de juros e taxa de desemprego, no período de 2000 a 2020.

Neste contexto, o objetivo deste estudo foi identificar as relações existentes entre as variáveis macroeconômicas e o impacto das principais crises financeiras, econômicas e sanitárias, no período de 2007 a 2023. Será examinado como esses eventos afetam indicadores como a SELIC, a inflação, a taxa de câmbio e o PIB. Além disso, será explorado como as políticas econômicas adotadas pelo governo brasileiro influenciaram a resposta do país a essas crises.

Por meio dessa análise, esperamos contribuir para uma compreensão mais profunda das interações entre as crises econômicas globais e a economia brasileira, auxiliando nas decisões futuras de política econômica e estratégias de mitigação de riscos durante as crises.

2 Referencial Teórico

2.1 Variáveis Macroeconômicas

O termo macroeconomia teve origem na década de 1930, a partir da Grande Depressão de 1929, quando se intensificou a urgência de estudar questões macroeconômicas. A primeira grande obra da literatura macroeconômica foi o livro do economista britânico John Maynard Keynes "A Teoria Geral do Emprego, Juro e da Moeda" que desencadeou a revolução keynesiana oposta à ortodoxia da economia clássica. Sendo assim, a macroeconomia tem como foco o estudo do comportamento global de uma economia, ou seja, suas principais tendências baseadas em processos microeconômicos, que envolvem principalmente produção, geração de renda, utilização de recursos, comportamento de preços e comércio exterior. Os principais objetivos da macroeconomia são: crescimento econômico,

pleno emprego, estabilidade de preços e controle da inflação. Por isso a necessidade das variáveis macroeconômicas, elas são usadas para medir os principais fatores da macroeconomia. (ABEL, Andrew B., et al 2004)

Portanto, as variáveis macroeconômicas são fundamentais para a compreensão do funcionamento de uma economia e desempenham um papel crucial na identificação e na gestão de crises econômicas. Dessa forma, são usados mecanismos e instituições responsáveis por medir tais variáveis, segundo Bacciotti (2020) no Brasil, o PIB, a inflação e o desemprego são medidos pelo IBGE, outras instituições também medem estas variáveis, mas com composições e metodologias diferentes. Já a Selic é controlada pelo Banco Central para controlar a inflação e a caixa de câmbio e a balança comercial.

Sendo assim, neste artigo, exploraremos as principais variáveis macroeconômicas, sendo elas a Selic, a inflação, a taxa de câmbio, o PIB, a balança comercial e o desemprego. Analisaremos como elas estão interligadas e como afetam o surgimento e a gravidade das crises econômicas.

2.1.2 Selic

A taxa Selic vem da sigla do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. Nesse sistema são depositados e transacionados títulos públicos federais. De acordo com o Banco Central (2023), a taxa Selic é a taxa básica de juros da economia, que influencia outras taxas de juros do país, como taxas de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras. Portanto, ela é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação.

A Selic é a taxa de juros média praticada nas operações compromissadas com títulos públicos federais com prazo de um dia útil. O Banco Central realiza operações no mercado de títulos públicos para que a taxa Selic efetiva esteja em linha com a meta da taxa Selic, que é definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A Taxa Selic, definida pelo Banco Central no Brasil, é a taxa básica de juros que influencia todas as outras taxas de juros na economia.

2.1.3 Inflação

De acordo com Moran e White (1993) existem muitas definições de inflação, mas a definição mais simples e clara é o aumento contínuo dos níveis de preços, ou seja, a taxa de crescimento contínuo dos preços dentro de um determinado período de tempo. Apesar de ter vários fatores que influenciam no sistema inflacionário existem quatro tipos de inflação: a inflação por demanda, a inflação de custo, inflação inercial e inflação estrutural. Sendo assim, a inflação baixa, estável e previsível traz vários benefícios para a sociedade. A economia pode crescer mais, pois a incerteza na economia é menor, as pessoas podem planejar melhor seu futuro e as famílias não têm sua renda real corroída. Para alcançar esse objetivo, segundo o Banco Central, o Brasil adota o regime de metas para a inflação, que está em vigor desde 1999. Esse regime tem sido exitoso no Brasil e no amplo conjunto de países que o adotam. Por esse sistema, os bancos centrais atuam para que a inflação efetiva esteja em linha com uma meta pré-estabelecida. Nesse sistema, a meta para a inflação é anunciada publicamente e funciona como uma âncora para as expectativas dos agentes sobre a inflação futura, permitindo que desvios da inflação em relação à meta sejam corrigidos ao longo do tempo.

No Brasil, a meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e cabe ao Banco Central (Bacen) tomar as medidas necessárias para atingir essa meta. O índice de preços utilizado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A meta refere-se à taxa de inflação acumulada no ano.

Em termos gerais, o regime de metas para a inflação envolve os seguintes elementos:

- Conhecimento público e prévio da meta para a inflação;
- Autonomia do banco central na adoção das medidas necessárias para o cumprimento da meta;
- Comunicação transparente e regular sobre os objetivos e justificativas das decisões da política monetária; e

- Mecanismos de incentivo e responsabilização/prestação de contas para que a autoridade monetária cumpra a meta.

2.1.4 Taxa de Câmbio

A taxa de câmbio de acordo com o Banco Central (2023) é o preço relativo entre duas moedas diferentes e é o valor de uma moeda que pode ser trocada por outra moeda. Ela indica quantas unidades de uma moeda são necessárias para comprar uma unidade de outra moeda e vice-versa. Em todo o mundo, o dólar é utilizado como referência para o valor das moedas de outros países para operações financeiras, comerciais e de viagens. As taxas de câmbio existem e podem ser calculadas para qualquer moeda estrangeira em relação ao real, a moeda em circulação no Brasil. O câmbio não só influencia os investimentos, mas a economia como um todo. Várias cadeias produtivas dependem de insumos importados, negociados em dólar. Portanto, a formação dos preços das mercadorias no mercado doméstico é afetada pelas oscilações cambiais, e isso tem grande impacto na inflação.

Na percepção de Ramos Filho e Ferreira (2016) a relação entre o saldo da balança comercial e a taxa de câmbio é uma das relações mais bem estabelecidas na teoria econômica. Sendo assim, se depreciação cambial resulte em aumentos nas exportações e reduções nas importações, melhora o saldo da balança comercial. Por isso, durante crises financeiras, a taxa de câmbio pode ser volátil, afetando a competitividade das exportações e contribuindo para desequilíbrios na balança comercial. Uma taxa de câmbio estável é essencial para manter a confiança dos investidores e a estabilidade econômica durante crises.

2.1.5 PIB

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade num ano típico. Todos os países calculam o PIB nas suas respectivas moedas. Segundo o IBGE (2023), o PIB mede apenas bens e serviços finais para evitar a dupla contabilização. Por exemplo, se um país produz trigo no valor de R\$ 100, farinha de trigo no valor de R\$ 200 e pão no valor de R\$ 300, seu PIB será de R\$ 300 porque os valores da farinha e do trigo já estão incluídos no

valor do pão. Os bens e serviços finais que compõem o PIB são medidos pelo preço que chegam aos consumidores.

Dessa forma, eles também levam em consideração os impostos incidentes sobre os produtos que vendem. O PIB não é a riqueza total que existe num país, este é um erro muito comum porque dá a impressão de que o PIB é uma reserva de valor que existe na economia, como um tesouro nacional. Na verdade, o PIB é um indicador do fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período de tempo. Se um país não produzir nada durante um ano, o seu PIB será zero.

Portanto, use o PIB para análises como:

- Acompanhar a evolução do PIB ao longo do tempo e comparar o seu desempenho ano a ano;
- Fazer comparações internacionais do tamanho econômico de diferentes países;
- Analisar o PIB per capita (PIB dividido pelo número de habitantes), que mede quanto do PIB cada pessoa num país receberia se todos recebessem uma parte igual.

No entanto, o PIB é apenas um indicador sumário de uma economia. Ajuda a compreender um país, mas não consegue expressar fatores importantes como distribuição de rendimentos, qualidade de vida, educação e saúde. Um país tem um PIB pequeno, mas um padrão de vida elevado, ou um país tem um PIB elevado, mas um padrão de vida relativamente baixo.

Em resumo, as variáveis macroeconômicas desempenham um papel crítico na identificação e na gestão de crises econômicas. Elas estão interconectadas e muitas vezes atuam como indicadores antecipados de problemas econômicos. A compreensão dessas variáveis e a implementação de políticas econômicas adequadas são essenciais para lidar eficazmente com as crises e promover a estabilidade e o crescimento econômico a longo prazo.

2.2 Crises Econômicas Mundiais

2.2.1 Crise Financeira Global de 2008

A crise financeira de 2008 é considerada uma das grandes crises do século XXI que abalou o mundo todo. De acordo com Freitas (2020) é considerada por muitos economistas como a pior crise econômica desde a Grande Depressão, a crise ocorreu devido uma bolha imobiliária nos Estados Unidos causada pelo aumento dos valores imobiliários que não foi acompanhado pelo aumento de renda da população. Essa bolha imobiliária ocorreu, pois, os bancos passaram a oferecer empréstimos a juros baixos para a população financiar a compra de imóveis e por isso a procura dos imóveis aumentou e conseqüentemente os preços subiram. Com isso, os bancos aumentaram os juros dos empréstimos e muitas pessoas não conseguiram pagar as parcelas do empréstimo e em conseqüência disso muitos bancos ficaram descapitalizados. Assim sendo, em 15 de setembro de 2008, um dos mais tradicionais bancos americanos, o Lehman Brothers declarou falência e em seguida uma enorme queda nos bolsas mundiais e em conseqüência a isso se deu o início da crise. Neste contexto, a crise financeira dos EUA que eclodiu em 2008 afetou claramente o desenvolvimento da economia mundial devido ao estouro das bolhas especulativas que existem no mercado imobiliário. Esta situação está relacionada com a expansão do crédito bancário. As taxas de juro caíram em comparação com anos anteriores e as práticas financeiras estão praticamente desregulamentadas.

Em 2006, as taxas de juros sofreram um aumento num esforço para controlar a inflação. Isso cria dificuldades para os recém-chegados financiar e reduzir valores de propriedades, causando inadimplências e inadimplências no sistema financeiro. Portanto, reduz significativamente a oferta de crédito bancário devido à ameaça O incumprimento afeta seriamente a produção industrial da economia global. O impacto da crise no Brasil foi mais brando dadas as economias europeias prejudicadas por elevadas taxas de crescimento negativas e elevado nível de desemprego.

Embora o Brasil tenha sido menos afetado do que algumas economias desenvolvidas, não escapou ileso. O país enfrentou uma queda nas exportações,

uma vez que a demanda global por produtos brasileiros, como commodities, diminuiu. A desaceleração econômica resultante fez com que o crescimento do PIB caísse de 5,1% em 2007 para 3,9% em 2008 e 1,3% em 2009, segundo o IBGE (2023). O governo brasileiro tomou medidas para lidar com a crise, o Banco Central reduziu a taxa básica de juros (Selic) e adotou políticas para facilitar o crédito. Além disso, o governo aumentou os gastos públicos para estimular a economia e apoiar os setores mais afetados.

2.2.2 Crise Econômica de 2014-2016

A crise econômica que atingiu o Brasil entre 2014 e 2016 foi uma das mais severas da história recente do país. Vários fatores contribuíram para essa crise, criando um ambiente econômico desafiador. Isso ocorreu devido aos efeitos combinados dos choques na oferta e na procura causados por erros de política econômica.

“Os choques de demanda estão divididos em três grupos. O primeiro esgotamento da NME a partir do final de 2014. O segundo choque seria a crise de sustentabilidade da dívida pública doméstica de 2015. O terceiro foi a correção do populismo tarifário que demandou uma política monetária contracionista para o controle inflacionário após a perda de credibilidade do Banco Central. Além disso, a consolidação fiscal tentada no ano de 2015 possui impacto menor sobre essa recessão devido à sua baixa magnitude e duração” (Barbosa Filho, 2017, p. 51).

Esses choques levaram a uma redução na capacidade de crescimento econômico do Brasil e ao risco de insolvência fiscal pública. Resolver a crise fiscal através de limites de gastos através da PEC permitiu ao país utilizar a capacidade ociosa da economia para retomar o crescimento econômico a partir de 2017. No entanto, devido ao impacto duradouro das políticas da Nova Matriz Econômica (NME) que reduziram o produto potencial do país, a taxa de crescimento do produto potencial não regressará ao ritmo anterior.

Sendo assim, a economia brasileira enfrentou uma recessão profunda. O PIB encolheu 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016. A inflação aumentou, atingindo quase 11% em 2015, e o desemprego subiu consideravelmente. A queda nos preços das commodities, incluindo petróleo e minério de ferro, prejudicou as exportações e a balança comercial. De acordo com Barbosa Filho (2017), como a perda de

capacidade financeira do governo levou ao esgotamento da NME, a economia brasileira reduziu muitos investimentos desde 2015. A redução significativa no investimento na Petrobras é um exemplo notável. Com isso, elevou o risco no país, as taxas de juro de longo prazo e a incerteza levaram a uma crise de responsabilidade fiscal que resultou em reduções significativas no consumo e no investimento em 2015 e 2016. A recuperação dos preços e a política monetária necessária para trazer a inflação de volta ao objetivo também contribuíram para a recessão, principalmente ao causar uma perda de credibilidade do banco central. Por último, a consolidação orçamental de 2015 teve um impacto significativo na atual recessão devido à sua curta duração e intensidade.

2.2.3 Crise da Pandemia do COVID-19

A pandemia de COVID-19, que começou em 2019 e continuou a afetar o Brasil em 2020, desencadeou uma crise econômica global e nacional. Em países com baixa liquidez monetária periférica, como o Brasil, a crise tem impacto direto nos mercados financeiros, além da disputa pelo preço do petróleo. Com o início da pandemia, a moeda desvalorizou-se rapidamente, de 4,39 reais para 1 dólar americano em 25 de fevereiro, quando ocorreu o primeiro caso confirmado do Brasil, para 5 reais por dólar americano em 16 de março. Em termos de procura, no curto prazo houve uma situação em que o excesso de procura pela oferta inicial durante a quarentena, como foi o caso na Europa, inundou o mercado e conduziu à escassez (R7, 2020).

Uma função fundamental do governo é zelar pelo bem-estar de seu povo, o que se torna ainda mais crucial durante emergências como a crise sanitária e socioeconômica da Covid-19. Sendo assim, o Brasil teve que tomar ações resolutas para conter o vírus com base na experiência de outros países, avaliando quais medidas são necessárias e quais medidas são ineficazes no controle da pandemia. Tendo em conta a experiência internacional e as dificuldades da crise, cuja natureza e as medidas preventivas que enfraquecem os recursos produtivos, consideramos as ações tomadas em três principais frentes integradas: à saúde, com o objetivo imediato de achatar a curva da propagação do vírus, esforços para que isso seja possível, além de procurar expandir as capacidades dos sistemas de saúde para além das capacidades existentes; prestar assistência para minimizar o grave

impacto social do isolamento, especialmente nos mais vulneráveis; políticas fiscais e monetárias para permitir a resposta a esta crise única se torne possível. Vale a pena sublinhar que a grande lição que o mundo enfrentou com a Covid-19 é que a gravidade desta crise sanitária e econômica não pode ser subestimada. Tiveram que ser tomadas medidas rápidas e agressivas para conter a propagação do vírus e evitar a sobrecarga excessiva dos serviços de saúde (MELLO et al., 2020).

A pandemia levou a uma queda acentuada na atividade econômica. Segundo IBGE (2023), em 2020 o PIB brasileiro contraiu cerca de 4,1%, marcando a maior retração em décadas. Causou uma crise de saúde pública significativa e levou ao aumento do desemprego, afetando muitas famílias e empresas. Dessa forma, as autoridades políticas tiveram que colocar em práticas várias medidas para tentar amenizar os impactos da crise na economia e, principalmente no âmbito social e de bem-estar das famílias brasileiras.

Tabela 1 - Síntese das medidas anunciadas pelo Ministério da Economia no curto prazo

Medida	Saúde	Assistência e Previdência	Política fiscal	Política Monetária e Crédito
Curto prazo (2020)	Destinação do saldo do fundo do DPVAT para o SUS	Antecipação do abono salarial em junho	Novos saques do FGTS, com base em recursos não sacados do PIS/ PASEP	Redução do teto de juros do consignado, aumento da margem e do prazo de pagamento
Curto prazo (2020)	Desonerações temporárias de IPI para bens importados e produzidos internamente listados que sejam necessários ao	Recursos para o Bolsa Família	Adiamento do prazo de pagamentos de tributos	Crédito do PROGER/ FAT para micro e pequenas empresas

	combate ao Covid-19			
Curto prazo (2020)	Isenção de impostos de importação sobre produtos médicos hospitalares até o fim do ano	Antecipação de 1ª e 2ª parcelas do 13º em abril e maio	Diferimento do prazo de pagamento do FGTS por 3 meses	Simplificação das exigências para contratação de crédito e dispensa de documentação (CND) para renegociação de crédito
Curto prazo (2020)	Priorizar desembaraço aduaneiro de produtos de uso médico hospitalar	Suspensão por 120 dias da prova de vida dos beneficiários do INSS para evitar ida às agências	Diferimento da parte da União no Simples Nacional por 3 meses	Incremento das linhas de crédito dos bancos públicos, destinado principalmente capital de giro
Curto prazo (2020)		Voucher de R\$200 para famílias do CadÚnico que não recebam outros benefícios	Redução de 50% nas contribuições do Sistema S por 3 meses	
Curto prazo (2020)			Facilitar o desembarque de insumos e matérias primas industriais importadas antes do desembarque	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do CECON (Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica)

Tabela 2 - Síntese das medidas anunciadas pelo Ministério da Economia no médio longo prazo

Medida	Saúde	Assistência e Previdência	Política fiscal	Política Monetária e Crédito
Médio/longo prazo	Garantia de recursos para acompanhamento das pessoas com sequelas decorrentes da Covid-19	Avançar na direção de uma renda de cidadania para trabalhadores informais e desempregados	Retomada de obras paradas	Fortalecimento do BNDES para financiar investimentos de longo prazo
Médio/longo prazo	Retomada das medidas de financiamento para a realização do direito à saúde universal, integral, pública e de qualidade		Reforma tributária que seja eficiente e redistributiva	
Médio/longo prazo			Substituição do conjunto de regras fiscais por uma nova simples e mais adequada às necessidades da sociedade	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do CECON (Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica)

Mesmo que tais medidas de combate à pandemia foram tomadas e se mostraram capazes de minimizar seus efeitos sociais e econômicos, a economia mundial saiu muito diferente do que adentrou na crise. O déficit público cresceu

devido ao aumento de gastos (saúde, transferências, assistência, etc.), quanto em decorrência da diminuição da receita tributária, fruto da desaceleração do ritmo de crescimento global. Por sua vez, a dívida pública deve crescer fortemente, já que será a fonte imediata de financiamento do déficit público, mas também por que será largamente utilizada como instrumento de garantia de liquidez para os mercados financeiros, tendo em vista esse quadro, a recuperação econômica no pós-crise exigirá muito mais do que a mera normalização das condições financeiras e de crédito.

Em suma, a pandemia coloca em xeque a forma de organização da economia brasileira com as privatizações, condução das políticas econômicas com regras fiscais inadequadas, precarização do mercado de trabalho e vulnerabilidade social. Repensar o caminho e alterar a estratégia de desenvolvimento, adequando-a ao novo capitalismo que surgirá após a Corona Crise, será o grande desafio das próximas décadas. (MELLO et al., 2020).

Essas três crises, cada uma com suas próprias causas e características, destacam a importância de uma resposta eficaz do governo e da flexibilidade da política econômica para lidar com desafios econômicos. À medida que o Brasil continua a enfrentar novos desafios econômicos e busca uma recuperação robusta, é fundamental aprender com as lições do passado e buscar estratégias que promovam a estabilidade e o crescimento sustentável.

3 Metodologia

Para realizar um estudo um pouco mais aprofundado através da pesquisa quantitativa e análise de alguns gráficos, os dados utilizados foram coletados no site do Ipeadata, eles referem-se às variáveis macroeconômicas no período de 2007 a 2023. Essas variáveis têm impactos relevantes na economia, bem como suas correlações. A partir do estudo dessas variáveis, sendo elas, SELIC, inflação, taxa de câmbio, PIB, a balança comercial e o desemprego para melhor análise do período em estudo e dos impactos/medidas econômicas colocadas em prática.

4 Resultados

Foram analisadas as variáveis estudadas através da estatística discreta, usando os indicadores média, desvio padrão, máximo, mínimo e coeficiente de variação, além de gráficos para análise dos períodos de crise.

Tabela 3 – Estatísticas descritivas

Indicadores	Inflação	Selic	Câmbio
Média	5,81	9,80	3,28
Desvio padrão	1,99	3,53	1,37
Máximo	10,67	14,15	5,57
Mínimo	2,95	1,9	1,66
CV	34 %	36%	42%

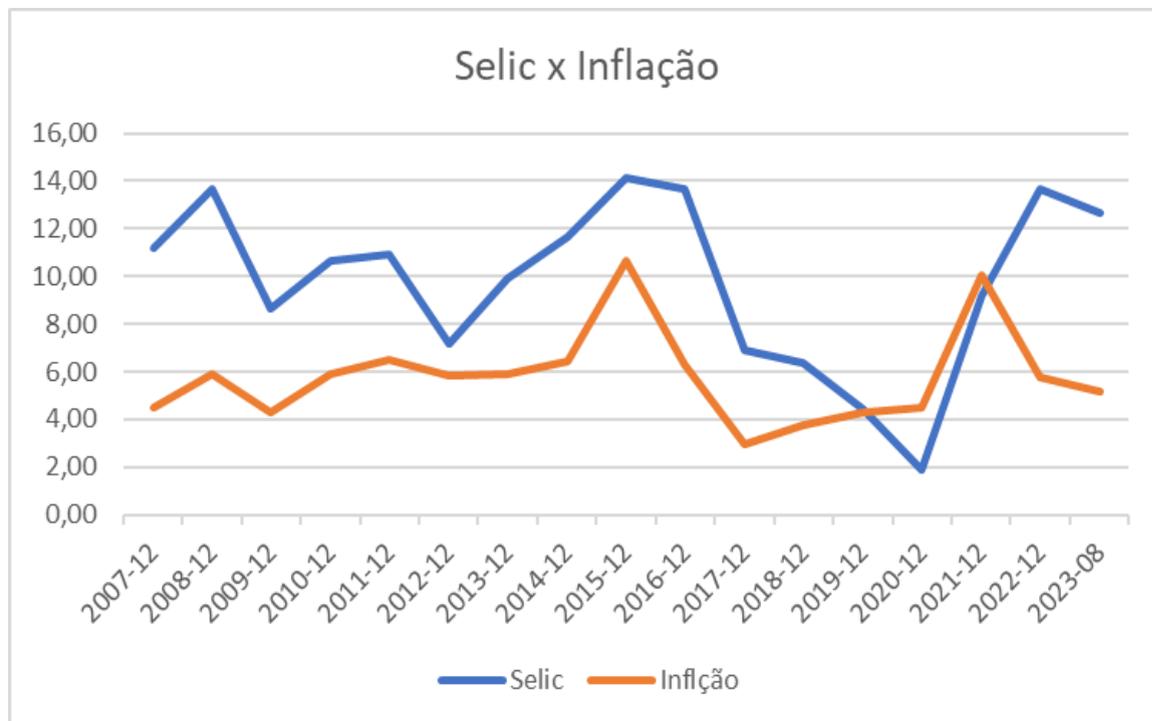
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Podemos concluir, que em momentos de crise, a inflação geralmente diminui devido à fraca demanda. No entanto, em crises severas, a inflação pode aumentar devido à depreciação da moeda e à escassez de bens. A inflação muito alta pode agravar as crises, reduzindo o poder de compra da população. Os valores acima também nos mostram que a pandemia do Covid-19 foi uma crise severa, já que em meados de 2020 quando ela estava no seu auge a inflação aumentou e voltou a “estabilizar” somente em 2023.

Para melhor análise, podemos analisar nos gráficos a seguir o quanto as variáveis macroeconômicas sofrem mudanças uma em relação à outra em

diferentes períodos e cenários econômicos de crises ou de prosperidade econômica.

Gráfico 1 - Evolução da relação entre inflação e a Selic



Fonte: Elaboração própria

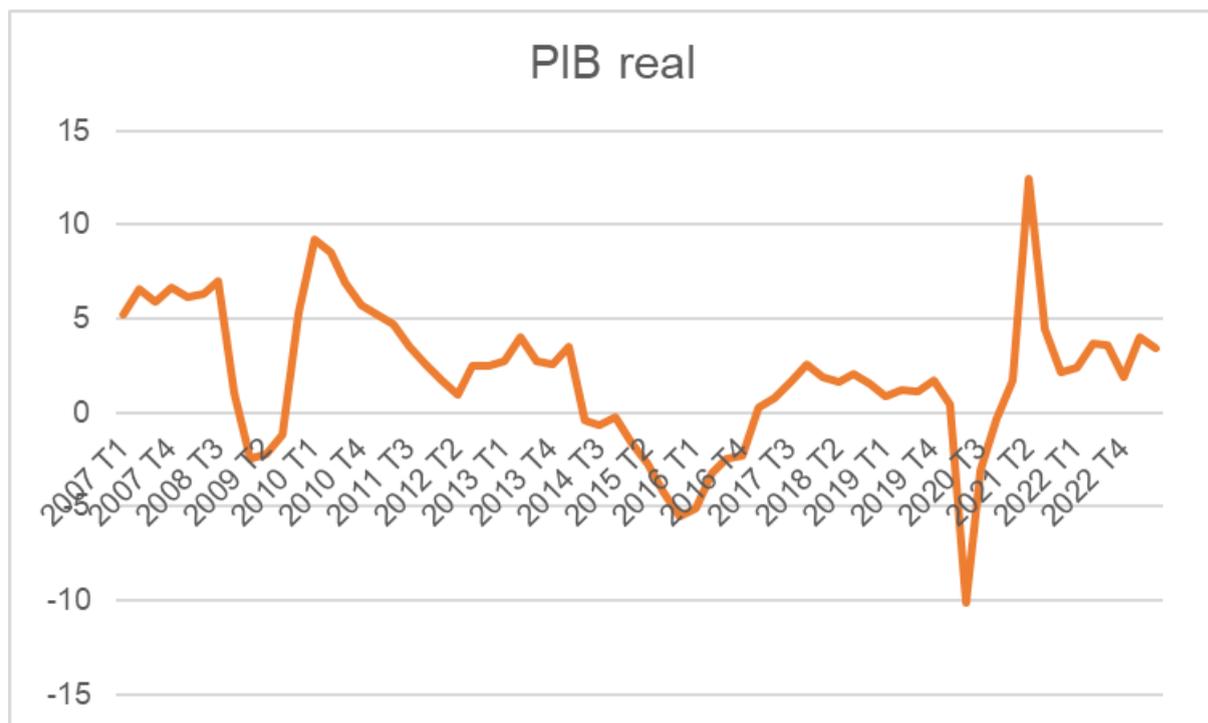
Sendo assim, em tempos de crise econômica, o Banco Central reduz a Selic para estimular o consumo e o investimento, tornando o crédito mais acessível. Durante crises, uma Selic mais baixa pode ajudar a reverter a tendência de queda no crescimento econômico. Isso é demonstrado através do gráfico acima onde a Selic começa a cair em meados de 2019 quando ocorreu a pandemia e chega em torno de 2% em 2020.

No entanto, como é demonstrado no gráfico abaixo, a taxa de câmbio subiu muito desde 2019 que foi quando começou os primeiros indícios da Pandemia e mesmo após o período pandêmico a taxa cambial continua alta, ou seja, mesmo com o fim da pandemia ainda existem resquícios da crise.

Gráfico 2 - Evolução da taxa de câmbio

Fonte: Elaboração própria

Por outro lado, durante crises o PIB geralmente diminui devido à queda na produção e no consumo. Quedas acentuadas no PIB podem indicar uma crise econômica e podem agravar a situação. É possível identificar três períodos onde o PIB chega a ser negativo e foram resultados de crises que mais impactaram o Brasil, sendo elas a Crise de 2008, Crise Econômica de 2014-2016 e a Pandemia da COVID-19. Conforme podemos analisar a seguir:

Gráfico 3 - Evolução da variação do PIB brasileiro

Fonte: Elaboração própria

E, por último, mas não menos importante, analisando a variável grandemente afetada em períodos de crise, a taxa de desemprego é uma preocupação social durante crises, quedas na atividade econômica podem resultar em aumentos no desemprego. O desemprego elevado pode causar tensões sociais e políticas e piorar ainda mais as crises. O que comprova que a pandemia resultou em uma alta taxa de desemprego nos anos de 2020 e 2021.

Dessa forma, podemos analisar que a economia se caracteriza por ciclos econômicos, com idas e vindas diretamente influenciadas por decisões políticas e econômicas.

5 Considerações Finais

Em suma, foi possível identificar que no caso brasileiro, em períodos de importantes crises recentes, o governo adotou em alguns momentos medidas de austeridade fiscal, incluindo cortes de gastos públicos, também houve esforços para melhorar o ambiente de negócios e atrair investimentos estrangeiros com o intuito de amenizar a crise. E levando em consideração a análise dos resultados dos gráficos apresentados no presente trabalho, o Brasil atingiu melhoras nas suas taxas entre 2017 e 2018, mas em meados de 2019 houve uma queda e ali começaram os primeiros índices da crise da Pandemia do COVID-19.

Por outro lado, as restrições da oferta e a depreciação da taxa de câmbio afetou o preço de alguns bens essenciais e, no caso do aumento do desemprego, a vulnerabilidade social afetou em cheio a população, levando a restrições da procura e desencadeando assim uma crise. Contribuindo negativamente no financiamento empresarial (devido a restrições de crédito e taxas de juro) e as decisões de investimento tomadas por empresas privadas devido a preferências de liquidez.

O governo brasileiro implementou medidas de estímulo, incluindo o auxílio emergencial, para apoiar a população afetada pela pandemia. As políticas monetárias, como a redução da taxa básica de juros, também foram usadas para estimular a economia. O endividamento público e os déficits fiscais foram extremamente elevados em 2020, visto que os gráficos das variáveis analisadas já nos mostraram isso. Além disso, após medidas tomadas pelas autoridades políticas, houve a necessidade que aumentasse a taxa Selic para atrair novos investimentos ao país.

Quando falamos de políticas macroeconômicas, temos em mente que toda decisão irá elevar alguma variável e reduzir outra. Com a possibilidade de pelo menos reduzir os impactos econômicos e sociais.

6 Referências

ABEL, Andrew B., et al. **Macroeconomia**. Pearson, 2004

BACCIOTTI, R. Metodologia de previsão das variáveis macroeconômicas. **IFI Instituição Fiscal Independente** 2020. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/577405/EE13.pdf> > Acesso em 23/10/23

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/>> Acesso em: 23/10/23

BARBOSA FILHO, F. de H. (2017). A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, 31(89), 51-60 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/132416> >Acesso em: 28/10/23

CECON. A Coronacrise: natureza, impactos e medidas de enfrentamento no Brasil e no mundo, **CECON Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica**, 2020. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota_cecon_coronacrise_natureza_impactos_e_medidas_de_enfrentamento.pdf > Acesso em 23/10/23

DE SOUZA GOLLO, R.; MOTTA, M. E. V. da; CAMARGO, M. E.; LARENTIS, F.; PRIESNITZ, M. C. The impact of the world economic crises on the behavior of Brazilian macroeconomic variables: O impacto das crises econômicas mundiais no comportamento das variáveis macroeconômicas brasileiras. **Concilium**, 2023. Disponível em: <http://clium.org/index.php/edicoes/article/view/820/> >Acesso em: 28/10/23

FREITAS, B. A. Crise Financeira de 2008, **Politize!** 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008/> > Acesso em 23/10/23

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> >Acesso em: 23/10/2023

LARA, R. Pandemia e capital: as repercussões da Covid-19 na reprodução social. **Revista Libertas**. Juiz de Fora, v.20, n.1, p.53-69, jan./ jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/30657/20731/>>Acesso em: 28/10/2023

MATIAS, Átila. "Desemprego"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/o-desemprego-mundial.htm/> > Acesso em 23/10/23

MORAN, C. A. A., Witte, G. A CONCEITUALIZAÇÃO DA INFLAÇÃO E UMA ANÁLISE DOS PLANOS ECONÔMICOS BRASILEIROS DE 1970- 1990. **Revista Teoria E Evidência Econômica**, 1(01). <https://doi.org/10.5335/rtee.v1i01.4208>

RIBEIRO, Amarolina. "Balança comercial"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/balanca-comercial.htm/> > Acesso em 23/10/23

VIDAL, T. L. Crises financeiras: efeito contágio ou interdependência entre os Países? Evidências utilizando uma abordagem multivariada. 173 f. Dissertação (Mestrado) – **Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade**, Universidade de São Paulo. 2011.